



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 061/2011

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, por intermédio de seu Pregoeiro, designado pelo Decreto Judiciário nº 1.052/2011, em 23/02/2011, torna público para conhecimento dos interessados que **às treze horas e trinta minutos (13h30) do dia 03 de outubro do ano de dois mil e onze (03/10/2011)**, na sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação, situada no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme descrito neste edital e seu(s) anexo(s). Tal procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000 e aos Decretos Judiciários nº 409/2003 e 1.553/2008, às disposições fixadas neste edital e anexo(s) e, subsidiariamente, às normas da Lei Federal nº 8.666/1993, em atendimento ao(s) processo(s) administrativo(s) nº 3778410.

PREGÃO PRESENCIAL

DO OBJETO

1. O presente pregão tem por objeto a aquisição e instalação de projetor multimídia na sala da Corregedoria Geral da Justiça, conforme especificações contidas no(s) anexo(s) deste Edital.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

2. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos Programas de Trabalho 2011.452.02.061.4001.4001.03.20 e 2011.452.02.061.4001.4001.04.20, tendo por elementos de despesa: 3.3.90.30.25, 3.3.90.30.33, 3.3.90.39.17, 3.3.90.39.18, 3.3.90.47.06 e 4.4.90.52.14.

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, através de petição de impugnação devidamente encaminhada ao Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.





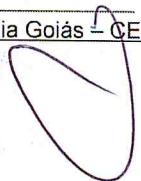
4. Não será admitida a impugnação do Edital via fax ou e-mail.
5. Caberá ao Pregoeiro, decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após seu recebimento.
6. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

DA PARTICIPAÇÃO

7. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seu(s) anexo(s) e ainda, aqueles que contiverem no seu ramo de atividade, inserido no contrato social em vigor, a faculdade para a comercialização/fornecimento de produtos/serviços semelhantes ao objeto desta licitação.
8. A participação no procedimento licitatório implica, automaticamente, a aceitação integral dos termos deste Edital e seu(s) Anexo(s) e o pleno conhecimento dos regulamentos, instruções e leis aplicáveis.
9. Não será admitida nesta licitação a participação de firmas suspensas para licitar e/ou declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público.
10. O Edital e Anexo(s) encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, situada no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO, ou pelo site www.tjgo.jus.br.

DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

11. A proponente deverá fazer-se apresentar para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro através de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.
12. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com amplos poderes, acompanhado de cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.
13. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro





documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

14. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, que lhe confira poderes para tanto, devendo identificar-se, exibindo cédula de identidade ou outro documento equivalente.

15. Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma firma proponente.

16. É facultado aos interessados a participação nas sessões por seu representante legal ou especificamente nomeado. A não apresentação do documento de credenciamento (procuração), ou a incorreção deste, não inabilitará o interessado, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela firma participante.

17. Os interessados que porventura não puderem estar presentes no momento da abertura, poderão participar da licitação, desde que chancelem os seus envelopes no Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, até o primeiro dia útil que anteceder a abertura dos trabalhos, participando, quando da fase de lances, única e exclusivamente, com os valores apresentados na proposta.

18. Caso a proponente tenha interesse em valer-se das prerrogativas conferidas à MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no ato do credenciamento, "Declaração de Enquadramento" devidamente certificada pela Junta Comercial competente ou certidão que comprove tal condição, emitida pela Junta Comercial, no presente exercício. A não apresentação destes documentos implica na decadência do direito ao benefício concedido. Tal documentação deverá atestar, de forma expressa, que a licitante enquadra-se na qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte conforme as condições preconizadas na Lei Complementar nº 123/06.

19. No que tange à comprovação da qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte não será aceita outra documentação senão aquela emitida e/ou certificada (deferida) pela Junta Comercial competente, consoante determinação do art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 22/05/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).

DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

20. As Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 2 (dois) envelopes, "A" - **Proposta de Preço** e "B" - **Documentos de Habilitação**, devidamente fechados e rubricados no fecho.



[Handwritten signature]



21. Os envelopes deverão conter, ainda, em sua parte externa os seguintes dizeres:

a) AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, SECRETARIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, 3º (TERCEIRO) ANDAR, DO ANEXO I DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, À RUA 19, Q.A8, Lt. 06, SETOR OESTE, EM GOIÂNIA-GO

b) NÚMERO DO PREGÃO;

c) RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE.

DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE A)

22. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa, em papel timbrado da empresa ou em folhas brancas, formato A4, com indicação do CNPJ da empresa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e terá validade de 60 (sessenta) dias corridos a contar da sua apresentação. Caso não seja indicado o prazo, considerar-se-á válida a proposta por 60 (sessenta) dias.

23. Na proposta deverá constar:

a) nome ou razão social da proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último, se houver, para contato;

b) especificação do(s) produto(s) e serviço(s), indicação de marca, referência e outros elementos indispensáveis à precisa caracterização do(s) item(ns) atendendo às especificações constantes do(s) Anexo(s) deste Edital;

c) valores unitário e total do(s) item(ns) cotado(s). Em caso de divergência entre o valor unitário e total, será considerado o primeiro, e entre os expressos em algarismos e por extenso será considerado este último;

d) garantia/validade dos produtos/serviços ofertados.

e) data e assinatura da proponente.

24. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e Anexos(s), sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos que impossibilitem a exata compreensão do conteúdo da proposta.

25. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

26. O preço proposto deverá ser líquido e irrecorrível, estando nele inclusos frete, tributos, encargos sociais, demais despesas e os abatimentos e/ou descontos porventura concedidos pela licitante que, quando não indicados serão considerados inclusos no valor da proposta.





27. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

28. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentação será pública, dirigida pelo Pregoeiro designado para o evento e realizada de acordo com a Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Judiciário nº 409/03 e em conformidade com este Edital e seu(s) Anexo(s).

29. No dia, horário e local marcados, antes do início da sessão, as proponentes deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poder para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do presente certame, conforme disposição da Lei 10.520/2002.

30. Após a abertura de um dos envelopes contendo proposta de preços, não mais serão admitidas novas proponentes, salvo com a anuência de todas as empresas participantes.

31. Iniciada a sessão, serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica pelo Pregoeiro e pelos membros da Equipe de Apoio.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

32. Abertas as propostas, o Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO** e aquelas com valores **superiores em até 10 (dez por cento)** da proposta de menor preço. Não se observando o mínimo de 03 (três) propostas nas condições mencionadas, serão classificadas as melhores propostas de preços subsequentes, **até o máximo de 03 (três)**, incluindo-se aí a de menor valor, para que seus autores participem de lances verbais, quaisquer que sejam os preços então apresentados, conforme disposto na Lei 10.520/2002.

33. Às proponentes classificadas conforme o item anterior será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

34. A proponente que desistir de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, será excluída da fase de lances.

35. Não será permitido aos representantes das empresas classificadas, durante a realização do pregão, a utilização de aparelhos celulares ou rádios de comunicação.





36. Antes de iniciada a fase de lances, será estipulado pelo Pregoeiro, em comum acordo com as licitantes presentes, o valor mínimo a ser ofertado por lance, caso esse não esteja definido no Edital.

37. Caso não aconteçam lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a aquisição.

38. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

39. Em caso de participação de licitante que detenha a condição de MICROEMPRESA ou de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, após o encerramento da fase de lances, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

b) somente se aplicará o critério acima estabelecido quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

40. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

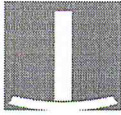
b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

41. Não havendo o empate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

42. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada a apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

43. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope de Habilitação contendo os documentos exigidos para o presente Pregão.

44. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a



proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital.

45. Habilitada a licitante vencedora, o Pregoeiro solicitará ao seu representante, que firme declaração, constando o preço final ofertado (unitário e total) para cada item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, com apenas duas casas decimais após a vírgula e por extenso, a qual integrará a Carta Proposta.

46. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto definido neste Edital.

47. No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todas as licitantes para, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação, nos termos da Lei Federal 8.666/1993.

48. Não havendo lances ou encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido menor preço.

49. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá, obrigatoriamente, ser assinada pelo Pregoeiro e licitante(s) vencedora(s). Será facultada a assinatura da referida ata à equipe de apoio e às demais licitantes.

50. Encerrada a reunião, observando-se alteração quanto ao valor da(s) proposta(s) original(is) em relação ao valor final proposto pela licitante quando da fase de lances ou quando da negociação direta com o Pregoeiro, a empresa vencedora deverá apresentar, à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, em, no máximo 24 (vinte e quatro) horas, proposta atualizada, sob pena de convocação das licitantes subsequentes na ordem de classificação, para negociação e posterior adjudicação.

51. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

DA DOCUMENTAÇÃO

52. Para habilitação, a licitante deverá apresentar a documentação abaixo discriminada, colocada na ordem sequencial deste Edital.

53. O envelope "B" (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) deverá conter:





53.1. Documentação relativa à habilitação jurídica:

a) Comprovante de registro cadastral (CRC), fornecido pelo Tribunal de Justiça de Goiás ou qualquer órgão público ou entidade municipal, estadual, distrital ou federal, sendo aceito, também, o cadastro no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedor), não isenta a licitante da apresentação dos demais documentos exigidos;

53.2. Documentação relativa à regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;

53.3. relativos à qualificação técnica:

a) comprovação da capacitação técnico-operacional da empresa através de um ou mais atestados, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, mencionando que a proponente forneceu materiais/produtos e prestou serviços, de forma satisfatória, com características semelhantes às do objeto deste Edital;

53.4. declarações:

a) declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame;

b) declaração de fiel observância do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos da Lei Federal nº 9.854/99, art. 1º, na forma seguinte:

“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, não ter em nosso quadro de empregados qualquer trabalhador menor de 16 (dezesseis) anos de idade, exceto maiores de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. Declaramos ainda que nenhum trabalhador menor de 18 (dezoito) anos exerce trabalho noturno, perigoso ou insalubre em nossa empresa.”

54. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

55. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos no presente Edital e seu(s) Anexo(s).

56. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou



[Handwritten signature]



contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seu(s) Anexo(s), o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

57. Documentos apresentados com validade expirada acarretarão a inabilitação da proponente, salvo se possível a atualização e impressão do mesmo, via internet.

58. Havendo qualquer restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

59. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato.

60. A prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não será considerada como documento concernente à regularidade fiscal para fins do item anterior.

61. Após a análise da documentação, os membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

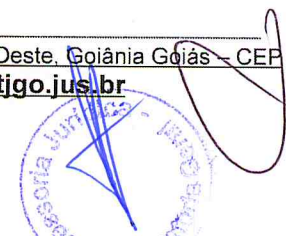
DOS RECURSOS

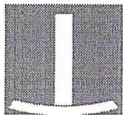
62. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, mediante registro em ata da síntese das suas razões, sendo-lhe, desde já, concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das correspondentes razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

63. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

64. Não serão conhecidos recursos interpostos intempestivamente ou aqueles enviados via fax.

65. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO, até o encaminhamento à autoridade competente, para a homologação.





DA ADJUDICAÇÃO

66. Constatado o atendimento das exigências fixadas no ato convocatório, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

DO EMPENHO

67. À licitante vencedora será concedido prazo de 03 (três) dias úteis, improrrogáveis, para retirada da Nota de Empenho, após convocação promovida pela Divisão de Compras, sob pena de decair o direito de fornecimento.

68. A firma adjudicatária para aceitar e receber a Nota de Empenho, poderá solicitar expressamente, à Divisão de Compras do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o seu envio via fax.

69. A recusa injustificada da firma adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais.

70. É facultado ao Tribunal de Justiça, quando o convocado não retirar a Nota de Empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar, respeitando a ordem de classificação, licitante remanescente para, estando o mesmo habilitado, efetuar o fornecimento, no prazo e condições por ele propostas.

DA ENTREGA

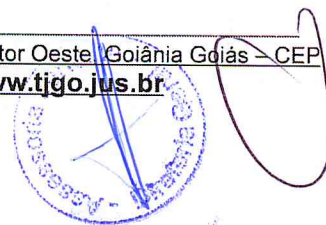
71. Os materiais/equipamentos e os serviços, objeto desta licitação, deverão ser fornecidos e prestados nos prazos, condições e locais indicados nos Anexos deste Edital.

72. Os serviços elencados neste Edital serão prestados sob a direção e coordenação da Divisão de Manutenção Predial da Capital, que terá competência para atestar a sua execução, pós aferição da qualidade, quantidade e marca(s) oferecida(s).

DO RECEBIMENTO

73. Após a entrega e instalação, a Divisão de Manutenção Predial da Capital atestará o recebimento, encaminhando a nota fiscal e os autos do processo licitatório, à Diretoria Financeira para pagamento.

74. No caso da firma adjudicatária não fornecer o serviço nas mesmas características e condições constantes da sua proposta de preço, incorrerá no





descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

DO PAGAMENTO

75. O pagamento será feito, até 15 (quinze) dias úteis após a entrega do objeto da licitação, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

76. Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido no item anterior, por responsabilidade exclusiva do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sobre o mesmo incorrerá multa de mora com base no INPC do IBGE, *pro rata temporis*, ou por outro índice substitutivo pactuado em comum acordo entre as partes.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

77. Comunicar, por escrito, à Divisão de Manutenção Predial da Capital do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo para a prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

78. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação, consoante o disposto no art. 71 da Lei nº 8.666/93.

79. Aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

80. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição/serviços.

81. Efetuar, através da Divisão de Manutenção Predial da Capital, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite dos materiais/produtos e serviços.

82. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) materiais/produto(s) e serviços que a empresa vencedora fornecer/prestar fora das especificações do Edital e Anexos.





DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

83. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/2002:

- a) advertência;
- b) multa de **0,2% (zero vírgula dois por cento)** por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste edital, incidente sobre o valor do material não entregue;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Tribunal de Justiça, por período de **até 05 (cinco) anos**, nas hipóteses e nos termos da lei 10.520/2002;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de **até 02 (dois) anos**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei 8.666/93.

84. Se o total das multas atingir um valor igual a 10% (dez por cento) do preço total do objeto deste contrato, este será rescindido de pleno direito, a exclusivo critério do Tribunal de Justiça, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.

85. As multas serão descontadas de qualquer crédito da CONTRATADA existente no TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em favor deste último. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

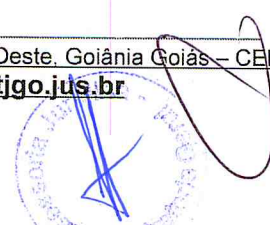
86. As penalidades e suspensão de licitar serão obrigatoriamente publicadas no Diário de Justiça Eletrônico e jornal de grande circulação local.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

87. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

88. Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida, nos termos do art. 2º do Decreto Judiciário nº 409/03 c/c art. 11, inciso XIII, do Decreto Federal nº 3.555/00, a apresentação de documentação atualizada e regularizada na própria sessão, desde que a sua produção seja de fácil realização.

89. A inclusão de documentos durante a sessão será admitida desde que seja necessária a realização de diligência para apurar fatos existentes à época da licitação,





concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

90. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

91. Fica assegurado ao Tribunal de Justiça o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

92. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Tribunal de Justiça não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório e de eventual cancelamento ou anulação do certame ou de parte de seu objeto.

93. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

94. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

95. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal de Justiça.

96. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

97. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à aquisição do objeto licitado.

98. A ata referente à sessão pública deste certame, além da publicação de seu extrato no Diário de Justiça Eletrônico, bem como os atos e os procedimentos relativos aos recursos interpostos e as respostas a eventuais pedidos de esclarecimento serão divulgados, para conhecimento público, na internet no site <http://www.tjgo.jus.br>, na página **Licitação/Relatório 2011**.

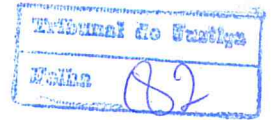
99. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na





tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação



interpretação do presente edital e anexo deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, e entregue na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, situada no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO, ou através do fax (062) 3236-2432 ou e-mail rjayne@tjgo.jus.br.


100. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520/02 e do Decreto Federal nº 3.555/00.

101. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, sendo as demais, formuladas por escrito.

102. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o desta Capital, com exclusão de qualquer outro.

Para conhecimento dos interessados, lavrou-se o presente edital, que será afixado no quadro da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizado no térreo do edifício do Palácio da Justiça, à Avenida Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste, em Goiânia-GO, estando a Secretaria à disposição dos interessados para maiores informações, no horário de 12h00 às 19h00, pelo fax (062) 3236 2432, telefones (062) 3236 2433 e 3236 2435, ou pela internete, no endereço www.tjgo.jus.br.

Goiânia, 14 de setembro de 2011.


ROGÉRIO JAYME
Pregoeiro





tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO

Diretoria Geral

Secretaria da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I

Edital nº 061/2011 – Pregão Presencial

Planilha estimativa de custos

Item	Quant	Unid	Especificação	Valor unitário	Valor total
1	1	und	PROJETOR MULTIMÍDIA - RESOLUÇÃO: NATIVA SVGA 800X600; LENTE: F/2.51-2.69; FONTE INTERNA: BIVOLT 100/240; ZOOM TOTAL: AJUSTE MANUAL; ALCANCE: 23"-300"; FREQUÊNCIA VERTICAL: 50-85HZ; BRILHO 2700 ANSI LUMENS; SENSOR DE IMAGEM: AJUSTE MANUAL; SPEAKER: EMBUTIDO 2W; CORES: 16.7 MILHOES; FUNÇÕES 1: PROJEÇÃO FRONTAL TETO E MESA; FUNÇÕES 2: RETROPROJEÇÃO TETO E MESA; IDIOMAS(S): MULTILÍNGUAGEM; SISTEMA DE VÍDEO: NTSC, PAL, SECAM; CONTRASTE: 2.600:1; LÂMPADA: 185W DURAÇÃO 3000/4000 HORAS; NÍVEL DE RUÍDO: 31DB /29DB; CONECTORES: SERIAL 9 PINOS; USB; SAÍDA DE VÍDEO RGB; SAÍDA DE ÁUDIO; ACESSÓRIOS INCLUIDOS: MANUAL; CABO DE FORÇA; CABO DE VÍDEO RGB; CONTROLE REMOTO; ENERGIA - 100/240V - 50/60HZ AC; GARANTIA DE 03 ANOS	R\$ 3.185,00	R\$ 3.185,00
2	1	und	TELA DE PROJEÇÃO ELÉTRICA - TENSIONADA DE 16X9 - 106" - 2,34 X 1,32M; SISTEMA DE MOTOR TUBULAR COM PROJEÇÃO TÉRMICA; ESTRUTURA DE ALUMÍNIO; PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA OU ANODIZADO; PEÇAS ESTRUTURAIS EM PLÁSTICO INDUSTRIAL DE ALTA RESISTÊNCIA NA COR PRETA; COM KIT COMPLETO DE INSTALAÇÃO, ACIONAMENTO, CONTROLE REMOTO, MANUAL DE INSTALAÇÃO E MOLDURA DE ACABAMENTO	R\$ 4.211,25	R\$ 4.211,25



Tribunal de Justiça
Folha 03

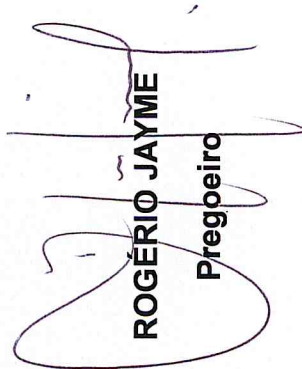
3	1	und	ELEVADOR PARA PROJETOR - AUTOMAÇÃO TOTAL; ACIONADO POR SENSOR DE CORRENTE DIGITAL; ACIONADO POR CONTROLE REMOTO; TOMADA ELÉTRICA INTERNA PARA CONEXÃO DO PROJETOR; SAÍDA DE 12V PARA ACIONAMENTO DE TELAS DE PROJEÇÃO OU OUTROS DISPOSITIVOS; PINTURA ELETROSTÁTICA; ATENDE A TODOS OS PROJETORES DE TECNOLOGIA DLP E ICD	R\$ 4.392,50	R\$ 4.392,50
4	1	und	PAGAMENTO ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	R\$ 83,00	R\$ 83,00
5	5	m²	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE COLOCAÇÃO DE GESSO - REFERENTE À RECOMPOSIÇÃO E PINTURA DE GESSO,	R\$ 25,00	R\$ 125,00
6	1	und	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO - DO SISTEMA MULTIMÍDIA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
7	15	mt	CABO S-VIDEO	R\$ 4,83	R\$ 72,45
8	15	mt	CABO RGB	R\$ 13,67	R\$ 205,05
9	15	mt	CABO VIDEO COMPOSTO	R\$ 5,13	R\$ 76,95
10	50	mt	FIO DE COBRE ISOLADO CINZA, FLEXÍVEL, 2,5MM, 750V - fio de cobre isolado, cinza, anti-chamas, flexível, 750V, 2,5mm, 1ª linha, marca Ficap, Pirelli ou Equivalente	R\$ 0,74	R\$ 37,00
11	1	und	CAIXA PLÁSTICA DE SOBREPOR 4 X 2 POLEGADAS	R\$ 9,83	R\$ 9,83
12	2	und	CONECTOR RCA FEMEA	R\$ 7,00	R\$ 14,00
13	3	und	CONECTOR RCA MACHO	R\$ 8,33	R\$ 24,99
14	2	und	CONECTOR S-VIDEO FEMEA	R\$ 15,00	R\$ 30,00
15	3	und	CONECTOR S-VIDEO MACHO	R\$ 7,33	R\$ 21,99
16	3	und	CONECTOR VGA MACHO	R\$ 7,00	R\$ 21,00
17	2	und	CONECTOR VGA FEMEA	R\$ 8,67	R\$ 17,34
18	2	und	CAIXA 4" X 2" COM ESPELHO E UMA TOMADA 2P+T, 20A-220V, DE SOBREPOR, PADRÃO BRASILEIRO	R\$ 8,20	R\$ 16,40
19	2	mt	CANALETA PLÁSTICA HELLERMAN, 3 VIAS, 2"	R\$ 17,50	R\$ 35,00



Handwritten signature or initials.

20	1	cj	FERRAGEM PARA SUSTENTACAO DE PROJETER MULTIMIDIA	R\$ 260,00	R\$ 260,00
21	1	und	ELETRODUTO EM PVC RIGIDO, 1" COM LUVA ROSQUEAVEL, BARRA DE 3M	R\$ 11,50	R\$ 11,50
22	2	und	ELETRODUTO EM PVC RIGIDO ROSQUEAVEL, 3/4" , BARRA DE 3M	R\$ 8,50	R\$ 17,00
VALOR TOTAL					R\$ 13.867,25

Goiânia, 14 de setembro de 2011.


ROGERIO JAYME
 Pregoeiro



ANEXO II
MEMORIAL DESCRITIVO
INSTALAÇÃO DE PROJETOR

1. INTRODUÇÃO

O presente memorial refere-se ao projeto de instalação de um projetor multimídia na sala de Reuniões da Corregedoria, 11º andar, Fórum de Goiânia, situado na rua ,Rua 10, nº 150 - Setor Oeste – Goiânia – Goiás. Compreendendo toda a instalação da infraestrutura necessária e configuração do sistema Multimídia.

Este memorial tem a finalidade de esclarecer todas as etapas de execução do projeto, indicando a esquemática e padronização utilizada, buscando dentro da boa técnica, ajudar no entendimento do projeto, facilitando tanto a execução como o acompanhamento por parte do Tribunal de Justiça dos serviços propostos.

2 – SERVIÇO: INSTALAÇÃO DE PROJETOR MULTIMÍDIA

2.0 - DADOS BÁSICOS:

2.1 - Edifício: 11º andar, Fórum de Goiânia, Corregedoria.

2.2 - Endereço: Rua 10, nº 150 - Setor Oeste – Goiânia – Goiás.

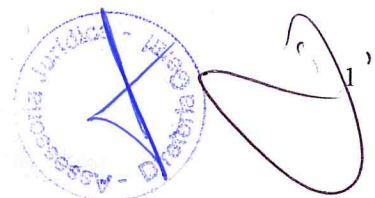
2.3 - Autor do Projeto: Diego Cruz Abrahão - Engº Eletricista - CREA 14097/D-GO

3.0 – DOCUMENTAÇÃO:

3.1 - Este Memorial

3.2 – Projeto(Prancha desenhada)

3.3– Planilha Estimativa de Custos



4.0 – ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS:

- 4.1 – Instalação de um (1) aparelhos projetor;
- 4.2 – Teste e ajuste dos equipamentos;
- 4.3 – Instalações Elétricas necessárias conforme projeto em anexo;
- 4.4 – Adaptações civis(recomposição de ambientes, furos/rasgos em alvenaria com recomposição, pintura, recomposição de forro de gesso nos padrões locais, etc.) Outros serviços referente a obra civil (demolição/recomposição) e limpeza.
- 4.5 – As despesas com transporte dos equipamentos ficam por conta da Contratada.

5.0 - DESCRIÇÃO GERAL DO PROJETO:

5.1 – Todo o cabeamento a ser instalado deverá ser passado por cima do forro existente e tubulado. Os cabos de vídeo do projetor descerão para o ponto a ser instalado, utilizando canaleta plástica de 2", pintada na cor da parede.

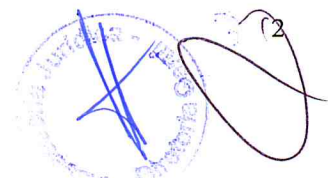
- As cores dos cabos elétricos a serem utilizados devem estar em conformidade com o padrão do local.
- O plugue dos aparelhos devem coincidir com os pinos das tomadas sem uso de adaptador.
- Emendas em condutores elétricos deverão ser efetuados dentro dos condutes. É vedado a confecção de emendas no interior de tubulação.

5.2 – O ponto de vídeo a ser instalado em caixa 4"x2" deverá possuir os conectores fêmeas para a ligação dos cabos de vídeo ao computador. Deverão ser fornecidos os cabos S-Vídeo, RGB e Vídeo composto com os respectivos conectores para a ligação entre o computador e o ponto de Vídeo.

5.3 – RECOMPOSIÇÃO DE REVESTIMENTO – Todo o revestimentos de gesso do teto e forro existente deverão ser corrigidos e recompostos, buscando sempre a similaridade das peças a serem instaladas com as existentes.

Qualquer vidro danificado, deverá ser substituído pela CONTRATADA, valor previsto no BDI da empresa.

5.4 – Outros serviços: Pintura, alvenaria, serralheria, furação, caso necessário, serão por conta do contratado. Qualquer vidro danificado deverá ser substituído pela



Contratada. Assim os materiais necessários à execução dos serviços deverão estar inclusos no valor da proposta. Todos os serviços e adaptações deverão estar em concordância com as instalações e com a arquitetura, mantendo o padrão existente em cada local, sem que haja grande modificação. Após a conclusão integral dos serviços, deverá ser efetuada pelo executante, limpeza dos locais, dando destinação adequada ao entulho e a total recuperação dos ambientes;

5.5 - Garantia dos serviços: Os serviços executados pela Contratada deverão contar com garantia, contra falhas de execução, pelo período de um ano, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços.

6.0 – ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:

Todos os equipamentos e materiais a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade, primeira utilização e de acordo com as especificações contidas neste memorial e na planilha orçamentaria. Segue abaixo os requisitos mínimos obrigatórios para os equipamentos a serem fornecidos e instalados. As participantes deverão apresentar juntamente com a proposta de preço, folders e documentos que comprovem os requisitos mínimos obrigatórios dos seus equipamentos.

6.1- Projetor

Especificações mínimas:

- RESOLUCAO: NATIVA SVGA 800 X 600
- LENTE: F/2.51 - 2.69
- FONTE INTERNA: BIVOLT 100/240
- ZOOM TOTAL: 1.10: AJUSTE MANUAL
- ALCANCE: 23" - 300"
- FREQUENCIA HORIZONTAL: 31 - 90 KHZ
- FREQUENCIA VERTICAL: 50 - 85 HZ
- BRILHO: 2700 ANSI LUMENS
- SENSOR DE IMAGEM: AJUSTE MANUAL
- SPEAKER: EMBUTIDO 2W
- CORES: 16.7 MILLOES
- FUNCOES 1: PROJEÇÃO FRONTAL TETO E MESA
- FUNCOES 2: RETROPROJEÇÃO TETO E MESA
- IDIOMA(S): MULTILINGUAGEM



- SISTEMA DE VIDEO: NTSC,PAL.SECAM
- CONTRASTE: 2600:1
- LAMPADA: 185W DURAÇÃO 3000/4000 HORAS
- NIVEL DE RUÍDO: 31DB / 29DB

CONECTORES

- SERIAL 9 PINOS
- USB
- SAÍDA DE VIDEO RGB
- SAÍDA DE AUDIO
- ENTRADA DE VIDEO: RGB, RCS, S-VIDEO
- ENTRADA DE AUDIO

ACESSÓRIOS INCLUSOS

- MANUAL:
- CABO DE FORÇA
- CABO DE VIDEO RGB
- CONTROLE REMOTO
- ENERGIA- 100/240V - 50/60Hz AC
- GARANTIA DE 3 ANO

6.2 - Tela de projeção elétrica tensionada de 16x9:

Especificações mínimas:

- Tela elétrica Tencionada 16:9 – 106” - 2,34 x 1,32m
- Sistema de motor tubular com proteção térmica.
- Estrutura de alumínio.
- Pintura eletrostática na cor branca ou anodizado.
- Peças estruturais em plástico industrial de alta resistência na cor preta.
- Incluindo kit completo de instalação, acionamento, controle remoto, manual de instalação e moldura de acabamento.

6.3 - Elevador pra projetor (LIFT)

Especificações mínimas:

- Automação total.
- Pode ser acionado por sensor de corrente digital.
- Acionado por controle remoto.

- Tomada elétrica interna para conexão do projetor.
- Saída de 12V para acionamento de telas de projeção ou outros dispositivos.
- Pintura eletrostática.
- Atende a todos os projetores de tecnologia DLP e ICD.

6.4 - Cabeamento

O cabeamento utilizado deverá adotar o padrão exigido para os respectivos conectores, RCA, S-Vídeo e VGA. Os cabos de alimentação do projetor deverão ter uma secção nominal de 2,5 mm², e deverá ser devidamente identificado conforme a norma da ABNT.

7.0 - ASPECTOS NORMATIVOS:

7.1 - Os materiais e serviços aplicados deverão estar de acordo com as normas atuais da ABNT;

7.2 - A supervisão e a Fiscalização dos serviços se farão pela Divisão de Manutenção Predial da Capital localizada na "Coordenadoria de Obras" do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sito na rua 18 esq. c/ Av. 85, nº 508 St. Oeste, Goiânia Goiás;

7.3 - Os técnicos da empresa contratada, enquanto designados para a execução dos serviços, usarão crachás devidamente identificados.

7.4 - Todos os detalhes da execução dos serviços assim como os materiais utilizados deverão estar de acordo com a boa técnica, ou seja, mão de obra e ferramentas adequadas.

7.5 - Todos os detalhes inerentes ao serviço que estejam omissos na especificação, memoriais ou projetos deverão ser interpretados como partes deste e caso necessário uma maior definição técnica, então será resolvidos formalmente de comum acordo com a fiscalização.

7.6- Vale ressaltar que a planilha estimativa de custos, o memorial descritivo, e o projeto são orientativos, ficando a empresa contratada a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.



5

8.0 – EXECUÇÃO E TESTES:

8.1 – Toda a execução deve obedecer aos procedimentos e normas técnicas, bem como os padrões existentes e adotados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, todas as instalações devem ser testadas antes de sua entrega.

9.0 – DA RESPONSABILIDADE:

9.1 - A empresa contratada fornecerá uma garantia de no mínimo 1 (um) ano para os serviços e materiais e de 3 anos para o projetor multimídia, contra qualquer defeito decorrente de falhas no processo executivo ou da definição da tecnologia aplicada;

9.2 - A empresa contratada se responsabilizará pelos possíveis danos ou prejuízos que porventura venham causar às pessoas ou ao prédio do Tribunal de Justiça, durante a execução dos trabalhos.

9.3 - A empresa proponente fica responsável em fazer visitas nos locais, referente aos serviços e proceder levantamentos, conferindo quantidades, medidas e grau de dificuldade para a execução, apresentando uma declaração de visite expedido por ela.

9.4 - A empresa contratada se responsabilizará pelos reparos e adaptações a serem feitas, caso os serviços não sejam recebidos a contento por parte da fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

9.5 - A CONTRATADA deverá executar apenas os serviços formalmente autorizados pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA, a não ser os considerados de emergência, os quais estarão sujeitos a análises e ao julgamento posterior pela FISCALIZAÇÃO quanto à sua real necessidade.

9.6 - A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA por possíveis falhas executivas e suas implicações, próximas ou remotas, perante o Contrato, o Código Civil e outros instrumentos legais existentes.

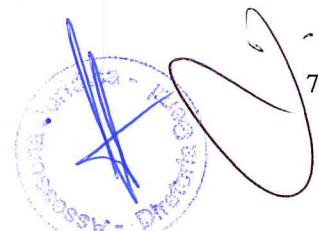
9.7 - O responsável técnico pela obra e seus encarregados, deverão estar sempre em condições de atender à FISCALIZAÇÃO e prestar-lhe todos os esclarecimentos e

informações sobre as obras, tais como a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a FISCALIZAÇÃO reputar necessário conhecer sobre os serviços em execução e suas implicações.

9.8 - A similaridade só será admitida nos casos em que houver comprovadas justificativas técnicas da real necessidade de substituição do material especificado e prévia aprovação pela FISCALIZAÇÃO.

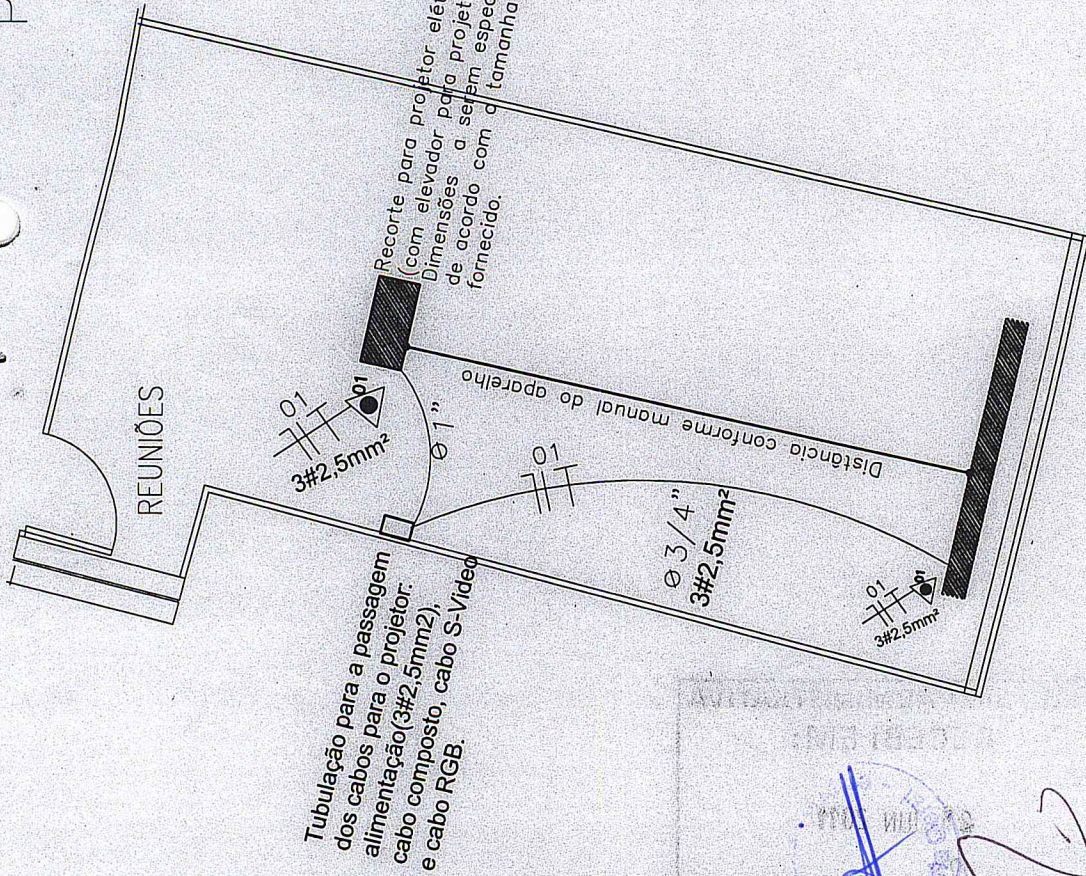
9.9 - Por se tratar de uma obra de reforma, faz-se necessário, antes do início da execução dos serviços, uma pesquisa de interferência, de modo a assegurar a integridade física das instalações implantadas e seu funcionamento.

9.10 - O Atestado de Responsabilidade Técnica(A.R.T.) deverá ser fornecida pela empresa contratada;

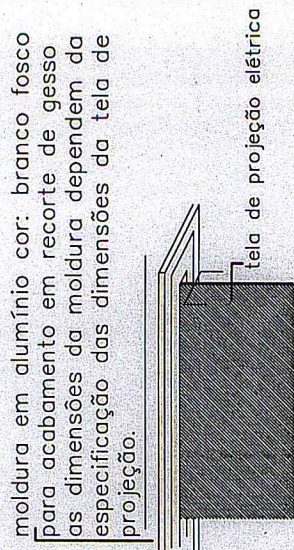


7

PROJETO DE VÍDEO



Recorte para tela retrátil 106" aproximadamente 2,34m de comprimento embutida no gesso. Utilizar moldura de acabamento para telas elétricas.



LEGENDA

□ Ponto do projetor

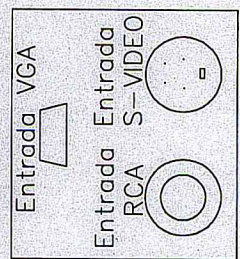


RASGOS PARA INSTALAÇÃO DE PROJETOR RETRÁTIL



REFERÊNCIA A ALIMENTAÇÃO DO PROJETOR E TELA.

DETALHE DO PONTO DO PROJETOR



Observação: -

- 1) Toda a instalação deverá seguir o padrão existente no local, a fiação elétrica utilizada deverá seguir o padrão de cores utilizados no TJ-GO.
- 2) Os cabos de vídeo serão instalados dentro da tubulação em cima do forro de gesso.
- 3) Deverão ser fornecidos todos os cabos de vídeo para a ligação ao computador.
- 4) A alimentação do projetor e da tela será feita por cima do forro de gesso.
- 5) O projetor e a tela elétrica deverão ser instalados embutidos no forro de gesso e dotados de dispositivo retrátil acionado por controle remoto.

Folha 63

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PROJETO DE ... Vídeo

CONTEÚDO PLANTA BAIXA E DETALHES

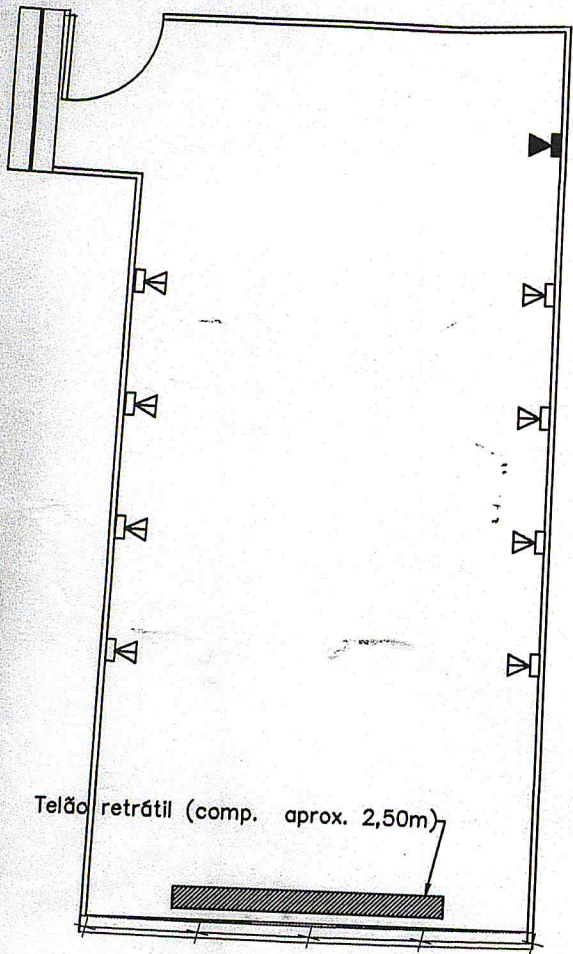
INTERESSADO... TRIBUNAL DE JUSTIÇA/CORREGEDORIA

Engenheiro..... Diego

ESCALA: S/ ESC.

ANDAR: 11º PAVIMENTO

DATA: MAIO/2010



LEGENDA

- ▶ Previsão de Ponto elétrico e Lógico, além de Ponto ligado ao projetor
- ◀ Previsão de Ponto elétrico e Lógico,

Tela elétrica tensionada:

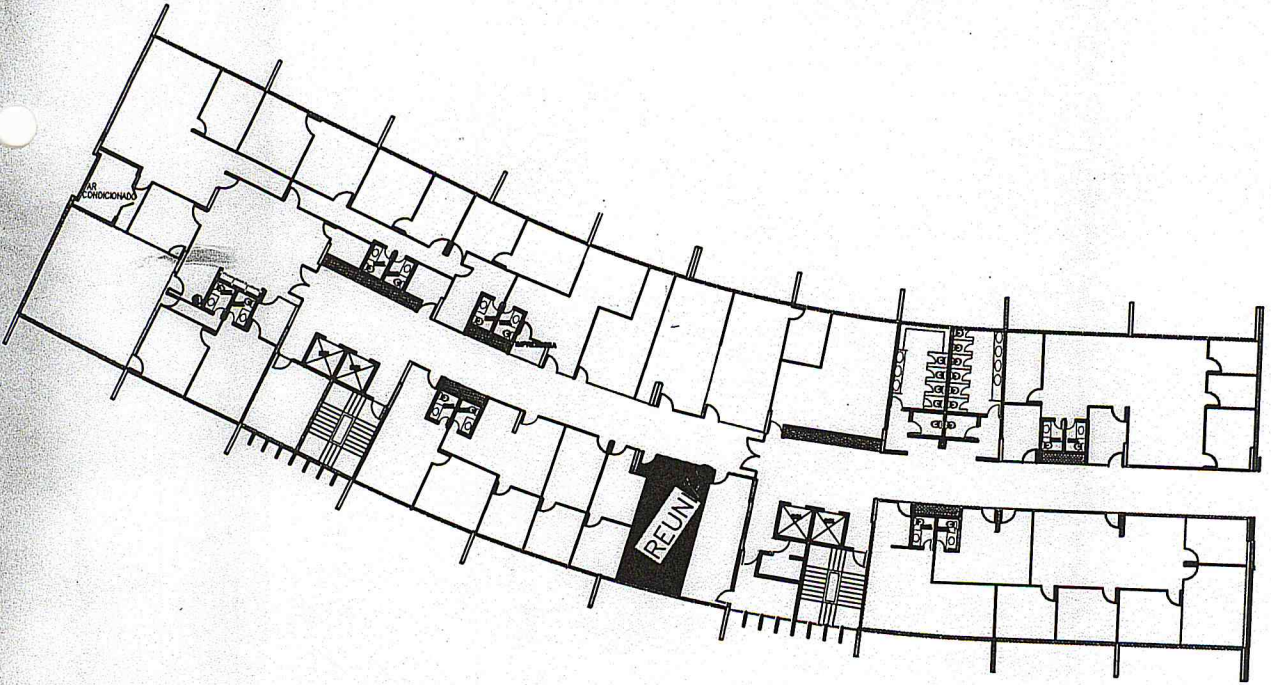
- Tecido Matt White, com verso preto.
- Estojo em alumínio.
- Pintura eletrostática nas cor branca.
- Sistema multiponto de parada

Marca Telas Tech ou similar
Tamanho 2,00 x 2,00

Moldura para tela:

- Feita em alumínio e pintura eletrostática branco para forro gesso.
- Marca Visograf ou similar
- Modelo:MH106

PLANTA
Esc.1:50



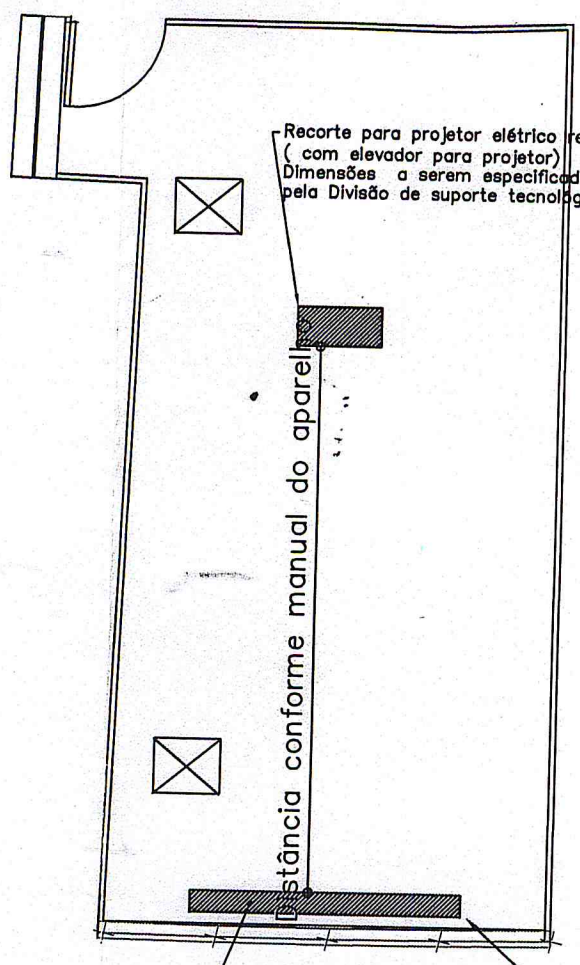
PLANTA BAIXA /11 PAVIMENTO - CORREGEDORIA/DIRETORIA DO FORUM

...verá ser previsto recuperação do forro de gesso,
...tura do forro de gesso com tinta PVA na cor branco neve
...verá ser previsto , também, a instalação de pontos elétricos e lógicos





DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO JUDICIAL
Fls. 09

DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO JUDICIAL
Fls. 09



LEGENDA

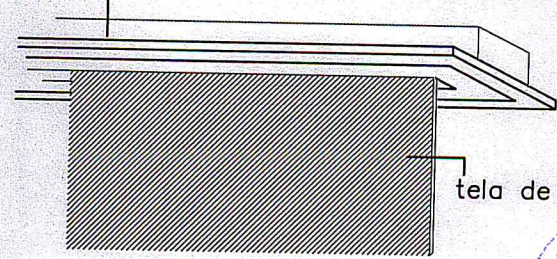
-  AR. CONDICIONADO
-  RASGOS PARA INSTALAÇÃO DE PROJETOR RETRÁTIL
-  Previsão de Ponto elétrico e Lógico, de Ponto ligado ao projetor
-  Previsão de Ponto elétrico e Lógico

TETO
Esc.1:50

Telão retrátil (comp. aprox. 2,0)

Recorte para tela retrátil 100 " aproximadamente 2,50m de comprimento embutida no gesso. Utilizar moldura de acabamento para telas elétricas

moldura em alumínio cor: branco fosco para acabamento em recorte de gesso as dimensões da moldura dependem da especificação das dimensões da tela de projeção.



tela de projeção elétrica



PROJETO DE _____
ARQUITETA _____
CORREGEDORIA/DIRETORIA DO FORUM
Sala de reunião (Detalhe)
CAROLINA VALOES

ESCALA _____ 1:150
DATA _____ abril/2011
BRANCHA _____ 03/04

Assessoria Jurídica - Fórum

Handwritten signature